

# USOS DAS INFORMAÇÕES NA AVALIAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Ana Cristina Muniz Décia**

Universidade Federal da Bahia/Brasil

anadecia@uol.com.br

**Rivailda Silveira Nunes de Argollo**

IFBA/Brasil

riva\_nunes@yahoo.com.br

**Resumo:** O artigo realiza uma análise teórica sobre os usos das informações na autoavaliação institucional, segundo o SINAES. A proposta é fazer uma aproximação entre avaliação e informação, considerando as potencialidades e implicações desses usos no processo decisório das IES. Para tanto, utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental. Compreende-se que o uso efetivo das informações da autoavaliação e sua difusão completam o ciclo avaliativo e contribuem na melhoria das práticas de gestão e avaliação da educação superior, estabelecendo o diálogo entre o campo da avaliação, informação e gestão.

**Palavras-chave:** autoavaliação institucional; uso da informação; tomada de decisão; gestão.

## 1 INTRODUÇÃO

A centralidade da avaliação é evidenciada no contexto das reformas do Estado e da educação, marcadamente da expansão do ensino superior, caracterizadas por mudanças impostas às instituições de ensino a exemplo da edição da Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Desse modo, discutir o uso das informações sistematizadas no processo de autoavaliação é relevante no momento em que se vive em uma sociedade caracterizada pela informação e pelo conhecimento como fator de emancipação e de vantagem competitiva para indivíduos, instituições, nações e mercados.

Nesta perspectiva este artigo destaca como objeto de discussão as contribuições da ciência da informação na análise das práticas avaliativas ocorridas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por ocasião da instituição do SINAES. Esta discussão é impulsionada pela *práxis* das autoras vez que desempenham atividades profissionais na área de ensino e da gestão em IES públicas (Universidade Federal da Bahia e Instituto Federal da Bahia), bem como atividades de pesquisa realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil), no Grupo de Avaliação da linha Políticas e Gestão da Educação, centrando a investigação na avaliação institucional da educação superior, buscando articular Avaliação, Informação e Gestão.

No contexto deste artigo, a avaliação é concebida como imprescindível instrumento gerencial e pedagógico (Marback Neto, 2007, p.171) que responde tanto pela dimensão processual, formativa, de pessoas, processos e programas quanto pela dimensão somativa, dos produtos, da prestação de contas à sociedade, da regulação por parte do Estado.

O SINAES, enquanto política pública do governo brasileiro, instituiu em 2004 a avaliação ampliada na educação superior, configurando um sistema de avaliação de abrangência nacional, que impulsiona a instituição de uma cultura de avaliação nas IES. Segundo Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p.45) a avaliação integra o processo de desenvolvimento da política pública e possibilita verificar o cumprimento de sua função social. Assim se configura como um elemento central não apenas para a regulação e emancipação desse sistema, mas para a prestação de contas à sociedade quanto ao desempenho educacional do país e a melhoria das condições de oferta da educação superior com equidade (BRASIL, 2007).

Neste sistema, a avaliação compõe-se de três modalidades distintas. Dentre elas, a avaliação institucional (AVALIES) divide-se em autoavaliação e avaliação externa. Neste trabalho, o foco de interesse recai sobre a primeira. A autoavaliação institucional apresenta-se como um processo de revisão interna da IES, que é conduzido por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e possibilita a participação de todos os envolvidos (BRASIL, 2007). O trabalho dessa comissão consiste em conduzir o processo avaliativo institucional para traçar um retrato da IES a partir da utilização das informações fornecidas pelas diversas fontes de pesquisa (documentos e membros da comunidade). Após reflexões, as informações são sistematizadas e disponibilizadas em forma de relatório no sítio da IES como os resultados desse processo de autoavaliação. O conhecimento acerca dos pontos fortes e fracos da instituição oferece subsídios à tomada de decisão relativa à implementação de ações no nível das IES e elaboração de políticas educacionais no nível dos governos.

Considerando-se a avaliação como um instrumento que subsidia a tomada de decisão e a melhoria dos processos de gestão, o estudo volta-se para as potencialidades dos usos das informações, sistematizadas no processo de autoavaliação institucional, no âmbito decisório das IES. Fortalece essa ideia o desafio posto pela CPA/UFBA no Relatório Final da primeira autoavaliação institucional ampliada, segundo o qual:

Surge, agora, novo desafio: que os resultados obtidos neste processo crítico-reflexivo, que deverá ser permanente e contínuo, sejam integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos de gestão da UFBA, contribuindo, deste modo, para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e

administrativo e, sobretudo, para o planejamento da gestão desta nossa Instituição (UFBA, 2006, p. 4).

O artigo tem o objetivo de fazer uma aproximação teórica inicial sobre a informação e a avaliação e os usos das informações oriundas da autoavaliação institucional e suas possíveis implicações no processo decisório das IES. Para atingir esse objetivo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, incluindo resultados de estudos e discussões de especialistas e pesquisadores da área.

O texto estrutura-se em três seções, excluída esta introdução. A primeira seção aborda elementos da ciência da informação a fim de tecer uma aproximação teórica entre informação e avaliação. A seção seguinte estreita a discussão para tratar da relação entre o uso das informações na autoavaliação institucional e as implicações desse uso no processo decisório das IES, estabelecendo o diálogo entre o campo da avaliação, informação e gestão. Nas considerações finais infere-se que para que o processo de avaliação não se encerre em si mesmo, faz-se necessário o uso efetivo das informações e sua difusão por parte da gestão da IES e dos demais atores sociais que empreendem ações para o aperfeiçoamento das suas práticas de avaliação e gestão nas instituições de educação superior.

## **2 INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA**

A distinção de algumas concepções nesses campos torna-se fundamental para sustentar a análise neste estudo. Assim partem-se das concepções de informação e avaliação para compor essa teia de relações, estabelecendo um nexos teórico entre alguns elementos da ciência da informação e da avaliação, configurando algumas contribuições para a avaliação institucional.

Uma entre tantas definições de informação, segundo McGee & Prusak (1994, p. 24) diz que: “informação são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto”. Trata-se de uma definição ampla que recorre à dimensão interpretativa com prevalência para o papel do ser humano, uma vez que quem avalia, é avaliado ou toma decisões com base nas informações disponíveis são as pessoas; e são essas mesmas pessoas que, a partir de como interpretam e contextualizam a informação e/ou tomam decisões baseadas nela, alteram o próprio contexto. Contudo Tenório (2002, p.156-157) revela que há uma contradição entre duas maneiras de apresentar a ideia de informação: a) *informação como objeto natural*, com existência física (conceito oriundo das ciências naturais) e b) *informação como construção mental*, como objeto simbólico construído pelo

sujeito (conceito oriundo das ciências humanas). Como síntese, o autor propõe: c) *informação como mudança cognitiva associada a uma mudança no mundo físico*. Com esta reflexão tem-se uma ideia da amplitude do tema e de como se pode estabelecer suas relações com a avaliação.

Por sua vez, a avaliação institucional no modelo SINAES caracteriza-se como um processo sistêmico, participativo e autônomo que exerce impacto nas e pelas pessoas e instituições envolvidas, as quais lhe atribuirão diferentes significados a depender de seus paradigmas, sua experiência de vida e profissional, sua estrutura cognitiva. Analogamente, o processo informacional também requer entendimento do seu funcionamento, o que confere mais aproximação que distanciamento entre as duas áreas.

Desde o diagnóstico até a publicação dos resultados, em todas as etapas da avaliação estão presentes tarefas do processo de gerenciamento da informação (McGee & Prusak, 1994; Miranda, 2006) que envolvem ações tais como identificar necessidades de informação, organização, desenvolvimento de produtos de informação e sua disseminação. O gerenciamento como processo segundo McGee e Prusak (1994) implica um conjunto de tarefas conectadas logicamente que, de um modo geral, cruzam limites funcionais e tem um responsável direto. Portanto torna-se fundamental um entendimento do trato do fenômeno informacional no processo da avaliação em questão. (DÉCIA, 2009, p.6).

O entendimento do fenômeno informacional, por sua vez, requer o domínio de certos requisitos que podem ser refletidos a partir do conceito de competência informacional estabelecido pela *American Library Association* (ALA), segundo o qual, ser competente em informação significa:

ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e efetivamente usar a informação necessária. As pessoas competentes em informação são aquelas que aprendem a aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de forma tal que outras pessoas possam aprender a partir dela (ALA, 1989, p.1, tradução das autoras).

Dessa maneira, compreende-se que ser competente em informação no século XXI, tem relação estreita com os critérios de competências informacionais<sup>1</sup>, os quais podem contribuir também para se identificar critérios de competências relacionados à utilização da avaliação, aplicáveis à gestão das IES. A necessidade de gestão dos processos também figura na literatura como fundamental.

Para se referir à função da avaliação em sistemas educativos Alejandro Tiana Ferrer (1997, p. 1-2) utiliza o termo *condução*, sugerindo uma imagem do funcionamento da gestão educativa e reflexão sobre suas implicações, além de a ênfase recair “na recepção e no tratamento da informação atualizada, capaz de permitir intervenções mais ágeis e melhor

adaptadas à diversidade de situações específicas”. Dentre as implicações, “uma das principais diz respeito ao tratamento da informação recebida, com o fim de utilizá-la de modo mais frutífero possível”. Diz Tiana Ferrer:

Igual ao que ocorre a quem está sentado na direção de um automóvel, o *condutor* de um sistema complexo está obrigado a buscar e selecionar dados relevantes entre toda informação disponível, estabelecer prioridades entre elas, integrá-las em conjuntos significativos, valorar as possibilidades de resposta que lhe são oferecidas e finalmente tomar decisões, pô-las em prática seguindo ciclos sucessivos de reflexão e ação. Este modelo de atuação supõe a existência de sistemas de informação suficientemente sofisticados, procedentes de diversas fontes e capazes de combinar diferentes perspectivas, assim como o desenvolvimento de uma série de habilidades relacionadas como o tratamento, o uso e a interpretação da informação por parte de aqueles que devem utilizá-la para tomar quaisquer tipos de decisões (p. 1-2, tradução das autoras).

Similarmente ao que foi apresentado por Tiana Ferrer, faz-se um paralelo com a condução na avaliação e informação dos processos avaliativos que ocorrem nas IES do Brasil, decorrentes da implementação do sistema nacional de avaliação. Corrobora-se com a assertiva de Argollo (2010) de que

Implementar um processo de avaliação nacional com a abrangência que propõe o SINAES pressupõe considerar não somente a complexidade das IES, mas também a do próprio processo; de sua definição decorrem barreiras de ordem político-ideológicas, articuladas aos interesses de diferentes atores e suas relações de poder. O desafio que se coloca, portanto, não é apenas de ordem técnica, pois não basta boa intenção e vontade dos responsáveis pelo processo, é preciso considerar os seus condicionantes internos e externos na condução, no tratamento e na divulgação das informações (p.16, grifo das autoras).

A comissão responsável pela condução e elaboração do Relatório Final do processo avaliativo nas IES faz uso dos sistemas de informação que abarcam a obtenção de dados fornecidos pelos diversos atores institucionais e pela comunidade externa, congregando a avaliação das diversas dimensões<sup>2</sup> instituídas pelo SINAES com vistas a subsidiar a tomada de decisão no âmbito dessas IES. Essa comissão é a CPA e seu trabalho será mais detalhado na próxima seção.

Esta prática guarda coerência com o conceito de avaliação referenciado pelo Grupo de Avaliação do PPGE/UFBA, segundo o qual a avaliação

é uma atividade que consiste no levantamento de informações fidedignas e precisas sobre o processo, para subsidiar uma tomada de decisão com vistas à sua melhoria. Em outras palavras, a avaliação comporta três grandes momentos: um primeiro momento do diagnóstico, de busca de informações de qualidade, ou seja, fidedignas e precisas; um segundo momento de julgamento, de tomada de decisão, em que as informações previamente levantadas, organizadas e analisadas servirão de subsídio para uma tomada de decisão com relação ao processo em avaliação; e finalmente, faz parte ainda da avaliação, um terceiro momento que é o uso dessa decisão no

sentido de melhoria do processo. Então incorpora-se no conceito de avaliação, a finalidade da avaliação (TENÓRIO, 2009, p. 2).

Esse conceito encontra ressonância ainda com o entendimento de Belloni, Magalhães e Sousa (2007), segundo os quais, a avaliação é um processo que permite compreender de forma contextualizada, incluindo as dimensões e implicações do objeto ou política avaliada; avaliar “significa compreender atividades, fatos ou coisas avaliadas com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”, caracterizando-se pelo autoconhecimento e pela tomada de decisão (p.26-27). Já segundo Augusto & Balzan (2007, p. 599) a avaliação é concebida como “instrumento de política educacional objetivando a sustentação da qualidade do sistema de educação superior”. Avaliar, portanto, envolve diagnóstico produzido com informações relevantes, precisas, que possam conduzir à melhoria das práticas de gestão, das políticas institucionais e do próprio sistema de avaliação.

Vale dizer que apesar da sua importância, a avaliação ainda é revestida de certo temor conforme sejam as suas finalidades. Ora ela se destaca por seu aspecto classificatório e excludente; ora pela sua dimensão formativa, processual; ora pela dimensão regulatória que credencia, descredencia, e permite estabelecer *rankings* para as IES avaliadas, por vezes, de forma descontextualizada, sem considerar todas as partes do sistema. Em certa medida, ela impõe a confluência de esforços dos diversos atores envolvidos e beneficiados, a convergência de diferentes áreas de conhecimento, das instituições e dos governos de modo que a avaliação se encontre o mais próxima possível das finalidades e usos requeridos, contribuindo para a melhoria das políticas e práticas a que se vincula, com atenção especial ao processo educacional na educação superior.

Por fim, ressalta-se que a relação entre informação e avaliação não pode excluir a gestão, vez que a avaliação é um instrumento de que se pode valer o gestor, conforme assinala Marbarck Neto na introdução. Fazendo-se um paralelo entre gestão e informação, os estilos de gerenciamento da informação podem ser considerados pelos responsáveis quando da condução do processo avaliativo e de tomada de decisão nas IES<sup>3</sup>. Desse modo infere-se que um estilo de gestão participativa pode facilitar a participação dos envolvidos no processo. Ressalta-se ainda que parte da compreensão apresentada, resulta da observação assistemática da realidade em que se inserem as autoras deste artigo, do envolvimento em estudos e discussões com especialistas, docentes e membros da CPA, e em pesquisas no Grupo de Avaliação/PPGE que vêm provocando o repensar de novos itinerários para esta e outras pesquisas em avaliação.

### 3 INFORMAÇÃO NA AVALIAÇÃO: USOS E IMPLICAÇÕES

No contexto de uma sociedade movida por informação e conhecimento, sua socialização e difusão não é algo tão simples, pois envolvem recursos tecnológicos, humanos, institucionais e referenciais comuns, ou seja, uma cultura informacional que estimule e proveja as condições necessárias ao compartilhamento e uso da informação, aqui entendida como aquela que se lhe atribui significado e contexto. Especialistas (DAVENPORT; PRUSAK, 1998) defendem que quanto mais se fornecem informações, mais se recebem também. No que se refere a avaliação, o comportamento é semelhante; assim, informação e avaliação parecem ser duas faces de uma mesma moeda.

Pensar o uso da informação na avaliação é refletir acerca da razão de ser da própria avaliação, suas funções, sua utilidade. Isto se justifica especialmente quando se considera o cenário de competição mundial atual, que impõe aos cidadãos, às instituições, aos governos e mercados mostrarem em suas atividades desempenhos cada vez melhor e em espaços de tempo cada vez mais curtos e com recursos mais limitados. Ademais, as novas tecnologias impulsionam a troca de informações pela facilidade de acesso, o que implica lidar com um volume de informação muito grande, além do desafio de distinguir a informação relevante da irrelevante. Portanto saber identificar, usar informações relevantes para sua finalidade e comunicar seus resultados representa um diferencial para quem as utiliza. Dispor de um diagnóstico sustentado com informações confiáveis e considerá-lo na gestão das IES pode reduzir o gasto de tempo e demais recursos e, em contrapartida, melhorar seu desempenho.

No âmbito da educação no Brasil, o sistema nacional de avaliação em vigor há seis anos, o SINAES, impôs às IES uma rotina de avaliação em diferentes perspectivas. Tanto no âmbito das IES como do Governo Federal fomenta-se a existência de um extenso banco de dados que contemplam informações oriundas das avaliações das dez dimensões estabelecidas em lei. Fazer o uso adequado destes dados para a melhoria da oferta dos serviços educacionais à sociedade é o desafio posto aos gestores institucionais e das políticas de avaliação.

Nesse sentido, refletindo o contexto da avaliação institucional em IES, considera-se que a “informação figura dialeticamente como insumo, na forma de análise e interpretação qualitativa e quantitativa dos dados ordenados, e como ferramenta, uma vez que o modo de organizar a informação serve de mediação para produzir conhecimento acerca da situação da instituição no momento avaliado” (DÉCIA; TENÓRIO, 2008, p. 13). Daí a pertinência de trazer para o centro do debate sobre o uso da avaliação a questão do uso da informação. Esta tem lugar de importância tanto como insumo, na de forma matéria-prima que alimenta o

processo avaliativo; como ferramenta, que dá conta da gestão de grandes volumes de dados obtidos; e, finalmente, como conhecimento resultante da mediação humana, que a contextualiza no processo reflexivo da autoavaliação e dá significado ao que poderiam ser considerados apenas dados.

Ao tomar como referência os usos da avaliação encontrados na literatura (DANTAS, 2009; FERRER, 1997; PATTON, 1997; WEISS, 1998) verifica-se que estes não se limitam ao caráter instrumental – uso para a tomada de decisão –, mas incluem além do instrumental, o conceitual ou iluminista, que se desdobra em político, persuasório ou simbólico, e o informativo; além destes, Tiana Ferrer (1997) os classifica também em usos individual, institucional e sistêmico, para citar alguns dos inúmeros usos encontrados. O que se percebe é que não apenas o uso instrumental é importante de ser buscado, mas outros usos menos objetivos têm sua importância destacada na literatura. Reconhecer, por exemplo, que as IES são apoiadas financeiramente para produzir conhecimentos e que os resultados da avaliação institucional consistem em uma síntese de conhecimentos sobre as IES que merecem difusão sistemática, é reconhecer a importância de usos que vão além da tomada de decisão. Neste artigo, toma-se o uso instrumental como prevalente, contudo, não se abandona a necessidade de avançar nos estudos para além do uso instrumental da avaliação e das informações dela decorrentes, o que do mesmo modo é corroborado por Dantas (2009) em seu recente estudo.

Tiana Ferrer (1997), ao discutir sobre o tratamento e uso da informação na avaliação, reflete sua importância e complexidade na obtenção dos resultados da avaliação educativa. Destaca quatro aspectos de especial interesse e relevância que, mesmo não comportando uma discussão extensa neste artigo, são válidos sinalizar por sua contribuição para a análise e para que suscitem questionamentos ou intenções de pesquisa. São eles: a) questão da utilidade da avaliação, apresentando uma abordagem de caráter conceitual e reflexivo centrado-se nas funções que ela pode desempenhar; b) utilização da informação procedente da avaliação, tendo o fluxo da informação como um processo contínuo compreendido de maneira global nas fases de início, desenvolvimento e final da avaliação, com destaque para a final; c) uso comparativo da avaliação, destacando dentre outros problemas o da comparação justa e do valor agregado da educação; e d) difusão dos resultados da avaliação, estratégias e meios de comunicação que, muito além da entrega ou eventual publicação do relatório final da avaliação, passa a ser considerada uma atividade ampliada que exige diversos recursos comunicacionais (p. 1-43).

Reconhecendo a relevância dos quatro aspectos citados, destaca-se a importância significativa da difusão na medida em que, se os usos da informação decorrentes do processo

de autoavaliação estão sendo feitos, mas não são divulgados, haverá uma crença de que seu uso não ocorra. Em consequência, a ideia de que a avaliação não atende aos seus fins ou não justifica os investimentos que lhe são destinados também ganha força ao tempo em que diminuem os adeptos ao seu aperfeiçoamento e as possibilidades de usos efetivos do conhecimento gerado na avaliação. A título de reflexão e de assumir o compromisso de empreender estudos nessa direção, vale questionar: se as estratégias de difusão utilizadas pelas IES públicas quanto aos resultados do processo avaliativo e seus diversos usos - que vão além da tomada de decisão - levam em conta a gestão e difusão do conhecimento produzido nas IES, como seria desejável pela sua função social? Mas esta é uma questão para ser tratada em um outro artigo.

Para tanto se faz necessário que haja conhecimento sobre o campo da informação e como o gerenciamento de todas as etapas do seu ciclo poderiam motivar o interesse da comunidade universitária de continuar na tarefa da avaliação, renovando o compromisso de ter os seus resultados comunicados dentro e fora dela e sendo objeto de reflexões sucessivas que culminem no aprimoramento das políticas e das práticas de avaliação e de gestão da IES. Dito de outro modo, enquanto a informação e o conhecimento apreendidos no processo de autoavaliação institucional restringir-se a grupos restritos de pessoas, a avaliação não cumprirá seu papel na integralidade.

Considerando-se o papel da autoavaliação nesse sistema, a lei prevê que o trabalho seja conduzido por comissões próprias de avaliação, as CPAs. Essas comissões têm como um dos seus principais objetivos o de fornecer informações fidedignas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) acerca de cada IES, considerando sua missão e finalidade acadêmica e social. Em uma segunda etapa, essas informações disponibilizadas pela CPA subsidiam o trabalho dos avaliadores externos, especialistas designados pelo Inep/MEC. Ademais retroalimentam o diagnóstico e a tomada de decisão por parte da instituição avaliada, visando sua melhoria, complementando o ciclo avaliativo do SINAES.

Destaca-se que o trabalho da CPA privilegia o princípio da participação, pois as comissões são constituídas pela representação de segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, tendo o caso de algumas CPAs a particularidade de abrir espaço na primeira para, além dos representantes dos docentes, discentes e técnico-administrativos, incluir especialistas em avaliação, o que confere legitimidade ainda maior aos resultados do processo autoavaliativo naquela IES. Contudo isto não é suficiente para que as informações fornecidas na avaliação sejam usadas e seus resultados comunicados para os envolvidos ou interessados.

Apesar da sua importância na condução do processo, ela não tem poder deliberativo, portanto, os usos da informação sistematizada na autoavaliação dependem mais de aspectos político-gerenciais que técnicos. E por isso destaca-se o papel do âmbito decisório da IES no estímulo a esse uso.

Na medida em que a avaliação é concebida também como instrumento de gestão, elege-se o centro decisório da IES pública e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como base para refletir os usos aqui trazidos. Conhecer até que ponto reitores e equipe decisória das universidades públicas utilizam-se das informações sistematizadas no processo autoavaliativo para melhorar a gestão, certamente, não cabe neste artigo, entretanto, sinalizar a sua importância é crucial. Ademais, assim como diversas são as funções da avaliação, diversos também o são seus possíveis usos.

Dantas (2009) apresenta uma rica discussão que apontam esses usos possíveis que contribuem para refletir tanto suas contribuições quanto implicações.

Tanto Patton quanto Weiss têm razão. Enquanto o primeiro tem a avaliação de programa (independente da escala) como objeto de interesse, estudo e prática, a segunda se preocupa com a avaliação de políticas. As características do objeto são, nesse cenário, definidoras dos graus de imputabilidade do avaliador em relação à concretização do uso. Concorde-se com Patton quanto à importância do uso instrumental como a razão de ser da avaliação, especialmente em um contexto de reforma do Estado, onde se busca a otimização das ações [...]. Por outro lado, Weiss é sábia ao reconhecer que nem sempre as condições de contexto político são estáveis o suficiente para garantir esse uso, mas que há outros importantes efeitos da avaliação, observáveis no longo prazo e nem sempre atrelados ao uso instrumental. Em que pese a imputabilidade (ou não) dos avaliadores pelo uso direto da avaliação, seus estudiosos ampliaram o leque de interesses: em lugar de restringir o uso à fase dos resultados (ou achados), passam a observar, por exemplo, outras etapas de utilização, como o planejamento, a implementação e finalização de uma experiência avaliativa. Segundo Weiss (1998), são vários os elementos da avaliação usados: os achados (resultados), as recomendações (se e quando existentes), as idéias e generalizações, o processo, a discussão (p. 76).

Das reflexões postas, pode-se compreender que a discussão sobre como os usos da informação e da avaliação contribuem para melhoria das práticas de gestão e avaliação é um desafio e representa uma das tarefas dos gestores das IES. Assim como considerar as implicações dos usos também é sua responsabilidade. Numa sociedade de informação e conhecimento é oportuno conceber também que esses usos tenham caráter informativo, produtores de conhecimento; e isto é tão relevante quanto os usos instrumentais, uma vez que favorece o engajamento da comunidade universitária.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação como processo permeado de informações e também um instrumento gerencial possibilita que a área da informação tenha um papel de mediação dialógica com a gestão, uma vez que esses parecem ser pares inseparáveis quando se considera o conceito de avaliação como diagnóstico para tomada de decisão gerencial com vistas à melhoria dos processos. Assim, para que o processo de avaliação não se encerre em si mesmo, cumprindo determinações meramente regulatórias do sistema, faz-se necessário um uso efetivo das informações produzidas e sua difusão por parte da gestão da IES e dos demais atores sociais envolvidos ou interessados no aperfeiçoamento das práticas de avaliação e gestão na educação superior nas IES.

A utilização da informação procedente da avaliação ocorre em um fluxo informacional como um processo contínuo, compreendido de maneira global, nas fases de início, desenvolvimento e final da avaliação, com destaque para a final pois permite sua visibilidade.

Diante do exposto, infere-se que as informações organizadas e tratadas no processo crítico-reflexivo da autoavaliação institucional produzem um conhecimento valioso sobre as potencialidades e fragilidades institucionais que, se considerado e integrado, pode subsidiar a tomada de decisão por parte da administração central das IES e contribuir para a melhoria da sua gestão. Esse conhecimento deve tornar-se público, ser disseminado, pois a universidade pública é *locus* privilegiado de produção e difusão de conhecimentos que não podem ser desperdiçados ou subutilizados sob pena de comprometer sua função social. Por isso é que se salienta a importância de fazer uso dessas informações.

---

<sup>1</sup> Dentre os critérios de competência informacional para o século XXI, enumeram-se os sete critérios pesquisados por Décia (2005) a fim de nortear a discussão das competências informacionais. 1) Identificar a necessidade de informação, determinando sua natureza e extensão; 2) Acessar a informação, utilizando diferentes fontes potenciais de informação; 3) Avaliar criticamente a informação e suas fontes, incorporando-a ao seu sistema de valores; 4) Usar e comunicar efetivamente a informação, individualmente ou como integrante de um grupo para um propósito específico; 5) Considerar as implicações de suas ações no uso e acesso à informação, bem como os impactos legais, ético-políticos e socioeconômicos que os cercam; 6) Aprender a aprender e de forma independente; 7) Aprender continuamente e ao longo da vida.

<sup>2</sup> Na avaliação institucional, segundo o SINAES, são avaliadas as dez dimensões estabelecidas na Lei n.º 10861/04, que garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição (BRASIL, 2004; BRASIL, 2007)

<sup>3</sup> Os estilos de gerenciamento, conforme McGee & Prusak (1994, p. 155), são: *Utopia Tecnocrática* (abordagem que se apoia fortemente em novas tecnologias); *Anarquia* (abordagem onde cada um obtém e gerencia sua própria informação); *Feudalismo* (gerenciamento da informação por unidades funcionais com limites no repasse da informação); *Monarquia* (classificação da informação e definição de seu fluxo feita pelos líderes que podem ou não partilhar a informação); *Federalismo* (abordagem da informação baseada no consenso e na negociação de elementos-chave e no fluxo da informação para a organização. Os autores alertam que numa cultura organizacional participativa e que delega poderes, o *federalismo* é preferível; mas exige muita dedicação, compartilhamento e boa fé para que se evite usar ou reter a informação de forma perigosa. A eficácia no

---

gerenciamento depende do estilo do gestor de compartilhar ou não a informação, o que compromete a credibilidade da avaliação quando no caso de informações equivocadas ou centralizadas.

## REFERÊNCIAS

ALA. American Library Association. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

ARGOLLO, Rivailda S. N. **Autoavaliação institucional na Rede Federal de Educação Tecnológica: análise da implementação do SINAES**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cesar. **A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o Sinaes**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 12, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 17 out.2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Da concepção à regulamentação**. 4. ed., ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

BRASIL. Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luiza Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção Questões da Nossa Época, v.75).

DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **As contribuições das políticas de avaliação educacional em larga escala: o caso da avaliação de aprendizagem na Bahia**. 2009. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação** (tradução Bernadete Siqueira Abraão), São Paulo/SP: Futura, 1998.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz Décia. **Competências Informacionais e a Auto-Avaliação Institucional da Educação Superior**. In: Anais... IX CINFORM Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa em Informação. Salvador, 2009.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Avaliação Institucional e Mediação Informacional**. In: Anais...VIII CINFORM Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 2008, Salvador, 2008.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **A Information Literacy na formação do neo-secretário executivo: um estudo de caso da Graduação em Secretariado/UFBA**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2005.

MARBACK NETO, Guilherme. **Avaliação: instrumento de gestão universitária**. Vila Velha/ES: Hoper, 2007.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PATTON, Michael Quinn. **Utilization-focused Evaluation**. The New Century Text. 3rd Ed. USA, California: Sage Publications, Inc. 1997.

TENÓRIO, Robinson Moreira. O que é avaliação?. **Jornal do Grupo de Avaliação**, Salvador, Ano 1, n. 5, jun.2009.

TENÓRIO, Robinson Moreira. **Educação científica e a idéia de informação: alguns fundamentos epistemológicos**. Revista da FAGED, nº 06, 2002.

TIANA FERRER, Alejandro. **Tratamiento y usos de la información en evaluación**. Brasília: CESPE, 2002. 2ª Escola Internacional em Avaliação Educacional: análise comparada de sistemas de avaliação. (mimeo). Espana: U.N.E.D, 1997. Disponível em <<http://www.oei.org.ar/noticias/tratamiento.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação (CPA) **Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFBA**. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso em 05 nov.2009.

WEISS, Carol H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, vol. 19, n. 01, 1998, pp. 21-33 Disponível em: <<http://aje.sagepub.com>>. Acesso em 10 fev. 2008.